

Resenha: La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo

Fernanda Aparecida Matheus

Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: fernanda.matheus@unesp.br

Resenha: KAY, C.; VERGARA-CAMUS, L. **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina:** campesinos, agronegocio y neodesarrollismo. (Coord.). 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

O livro compilado por Cristóbal Kay e Leandro Vergara-Camus “La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: campesinos, agronegocio y neodesarrollismo”, é uma publicação do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – Clacso, lançada em 2018. A obra aborda questões de grande relevância para refletir sobre os processos políticos na América Latina, que na primeira década do século XXI, levaram a uma onda de governos nacionais eleitos por partidos de esquerda, com apoio dos movimentos camponeses e de resistência ao neoliberalismo, porém em coligação com partidos de centro e centro-direita.

A publicação está organizada em onze capítulos, com artigos de pesquisadores de diferentes países, analisando as continuidades e rupturas com as políticas neoliberais promovidas pelos governos de esquerda, que chegaram ao governo sustentando uma plataforma de campanha baseada em reformas com vistas à mitigação da pobreza, incluindo reforma agrária redistributiva e apoio às comunidades tradicionais e à agricultura camponesa.

O artigo introdutório, escrito por Leandro Vergara-Camus e Cristóbal Kay, reivindicam a necessidade de se aprofundar as reflexões teóricas sobre a natureza do Estado, do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e a formação das classes na América Latina, para se compreender a dinâmica dos governos de esquerda eleitos no início do século XXI, o que possibilitou o avanço do agronegócio em detrimento do cumprimento da pauta assumida junto aos movimentos socioterritoriais, na realização de um processo de reforma agrária, fortalecimento da agricultura camponesa e combate às políticas neoliberais para a agricultura.

Em seguida, o texto de Carmen Diana Deere aborda aspectos das reformas agrárias no século XXI e a conquista do direito formal das mulheres à terra, discorre sobre como esse processo se desenvolveu em cada país, desde a perspectiva da ação dos movimentos socioterritoriais e do Estado. Estuda os casos do Brasil, Venezuela, Bolívia e Equador averiguando até que ponto os programas de reforma agrária incorporam a demanda da igualdade de gênero e conclui que o nível de efetividade das políticas adotadas está correlacionado ao grau de organização dos movimentos de mulheres em cada país e da amplitude do processo de redistribuição de terras.

Nos capítulos subsequentes, Arturo Ezquerro-Cañete e Ramón Fogel analisam as imbricações entre a questão agrária, as disputas pela terra e o processo de golpe de Estado que depôs o presidente Fernando, no Paraguai. Traçam um paralelo entre a histórica questão da disputa por terra e poder no país e o controle do Estado pelas elites latifundistas, materializado pelo domínio do Congresso Nacional. Para os autores a tríade Poder, Política e Terra compõe a centralidade da luta de classes no país.

Thomas F. Purcell discute os limites das transformações agrárias na Venezuela, no contexto da economia política do capitalismo rentista. Em uma nação altamente urbanizada, dependente economicamente da produção do petróleo e com uma estrutura fundiária extremamente concentrada, Chávez assumiu em 1998 o desafio de promover a diversificação da economia, romper com a dependência da importação de alimentos e enfrentar estas questões. Tal processo é marcado pelo dilema de como promover o desenvolvimento rural e incentivar o trabalho agrícola diante da sobrevalorização da moeda promovida pela renda petrolífera, que por sua vez torna mais rentável a importação e a especulação (bachaquero), que a produção doméstica de alimentos.

Pablo Lapegna discorre acerca da economia política agroexportadora argentina no período de 2003-2012, a partir das categorias de análise hegemonia e revolução passiva de Gramsci. Segundo o autor, neste ínterim, abriu-se na Argentina, um país com economia historicamente baseada na agroexportação, uma oportunidade para a aplicação de políticas que possibilitaram a apropriação de parte da renda da terra gerada pelo setor agroexportador e a redistribuição para setores empobrecidos da sociedade. A relação entre Estado e movimentos socioterritoriais foi marcada pela dinâmica de participação, sem efetivo poder de interferência nos rumos da política construída, a partir do paradoxo entre o discurso de combate ao modelo agroexportador e, na prática, a renda da terra extraída deste segmento é a base de sustentação econômica do governo.

Jeffery R. Webber escreveu sobre o transformismo proposto pelo governo Evo Morales e a consolidação do capitalismo agrário na Bolívia e contesta a noção difundida de um amplo processo de reforma agrária promovido pelo governo Evo Morales, eleito por um bloco de poder majoritariamente sustentado por segmentos indígenas e camponeses. Para o autor a ofensiva da elite agroindustrial contra a proposição de uma política de redistribuição de terras e recursos, visando o fortalecimento das comunidades tradicionais e camponesas, obriga o governo a recuar e não só redirecionar suas políticas, mas também redimensionar a composição do bloco de poder. Todo esse processo de disputa pela apropriação da renda da terra, demarca a mudança de orientação da política agrária do governo resultando em uma aliança agro-capital-Estado.

Patrick Clark contextualizou o papel protagônico que as organizações ambientalistas, camponesas e indígenas cumpriram no combate às políticas neoliberais e as divergências de

projetos entre o neodesenvolvimentismo e as proposições da Via Campesina no Equador. De acordo com o autor, o Equador dentre os países pós-neoliberais, foi o país que mais conseguiu avançar na construção de um marco legal para o fomento estatal à soberania alimentar, entretanto, do ponto de vista prático, o modelo neodesenvolvimentista adotado demonstrou incompatibilidade com o paradigma de desenvolvimento proposto pelos movimentos sociais que reivindicam a soberania alimentar.

Diego Piñeiro e Joaquín Cardeillac analisam a política agrária da Frente Ampla, no Uruguai e o avanço do agronegócio. Para os autores, há que se reconhecer os avanços promovidos pelos governos da Frente Ampla nos níveis de vida da população em diversos aspectos. Porém as políticas de alianças visando chegar ao governo, levou o partido a abandonar paulatinamente um programa anti-imperialista, anti-oligárquico e pró-reforma agrária. A política agrária adotada propõe a convivência do agronegócio com a agricultura familiar e a proteção do trabalho assalariado, sem provocar mudanças na estrutura agrária do país. O que se tem verificado no Uruguai é o aprofundamento dos níveis de concentração e estrangeirização de terras, maior participação do capital nas cadeias produtivas e o decréscimo da produção familiar.

Eduardo Baumeister e Salvador Martí e Puig abordam aspectos do retorno do Sandinismo ao governo, após o período de governos neoliberais que sucederam a revolução sandinista. O governo sandinista do século XXI, segundo os autores, apesar da ampliação das políticas sociais e destinação de algum apoio para pequenos produtores, não retoma o programa de reforma agrária desencadeado pelo processo revolucionário. A política agrária do período recente, aprofunda a lógica neoliberal na agricultura e se apoia nos auxílios proporcionados pelo governo Venezuelano para ampliar a agroexportação, que beneficia setores empresariais.

Sérgio Sauer e George Mészáros debatem os avanços e limites das lutas pela terra no Brasil nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). A opção do PT por uma ampla base de alianças, visando vencer as eleições, conformou um governo de coalizão que dificultou romper a lógica neoliberal na economia e promover mudanças significativas na estrutura fundiária, contrariando as expectativas dos movimentos sociais do campo. A ação dos movimentos socioterritoriais do campo diante do governo se pautou pela contradição em diversos âmbitos, desde o dilema em estar no governo sem capacidade de incidir nos seus rumos; manter o diálogo sem alcançar avanços nas pautas, especialmente no tocante à desapropriação de terras e; romper como governo e se isolar. Tudo isso sob a pressão da direita, que buscou todos os meios para criminalizar e desestabilizar os processos de lutas.

Em um esforço de síntese Leandro Vergara-Camus e Cristóbal Kay escrevem o artigo final onde traçam um paralelo entre as experiências vivenciadas em cada país, destacando aspectos da economia política agrária de dos governos de esquerda, o fundamento das

opções das políticas em relação ao agronegócio, ao campesinato, os limites do neodesenvolvimentismo e a incapacidade de enfrentar o modelo de desenvolvimento neoliberal herdado.

O conjunto de textos que compõe a publicação contribui para reflexão e análise da natureza do Estado, os tipos de vínculos estabelecidos com sociedade, o posicionamento frente às contradições da relação capital/trabalho, os interesses das empresas transnacionais e as estratégias de distintos atores em múltiplos níveis.

No debate proposto pelos autores, a categoria renda da terra se destaca como ferramenta para compreender as diferentes formas de acumulação e controle da riqueza e poder, a relação das dinâmicas comuns entre agricultura e indústria extrativista – mineração, petróleo e gás e outros recursos naturais e o caráter de classe contraditório do Estado no processo de apropriação de mais-valia. E fazem a reflexão sobre como esse processo influenciou e foi influenciado pelos governos de esquerda na América Latina nos primeiros anos do século XXI para a apropriação e distribuição de parte da renda terra e as consequências para o padrão de desenvolvimento, especialmente no tocante a agricultura e a estrutura fundiária destes países.

As abordagens adotadas pelos autores, enfatizam como a chegada desses governos ao poder reaviva as perspectivas de um amplo processo de redistribuição de terras e efetivação da reforma agrária, a frustração das expectativas e as fragilidades dos movimentos camponeses para influenciar tais governos no sentido de frear as políticas neoliberais e o avanço do agronegócio.

Em suma, o debate e as reflexões giram em torno de como manter um programa de enfrentamento ao modelo neoliberal, a política de alianças para sustentação do governo e manter-se no poder. Visto que se observa que a opção dos governos de esquerda em se apropriar de parte da renda da terra produzida pela exploração extrativista dos recursos naturais, na perspectiva de redistribuição para setores mais empobrecidos da sociedade, acaba por fortalecer o agronegócio e a política de exportação de commodities. Assume a lógica de mitigar a pobreza, através transferência de renda para populações mais vulneráveis, sem romper com integração produtiva ao agronegócio e ao mercado e as políticas neoliberais orientadas pelos organismos internacionais. Respondendo parcialmente as demandas populares, desde o Estado, sem participação efetiva dos movimentos sociais e sem promover mudanças estruturais, os governos de esquerda na América Latina desmobilizam os processos organizativos.

Diante de uma agricultura cada vez mais dominada pelo agronegócio, os movimentos camponeses que historicamente cumpriram o papel de resistência ao neoliberalismo, se mantiveram encurralados entre manter a coerência na contestação das políticas neoliberais ou apoiar tais governos mesmo, sob o risco perdê-los ou serem isolados politicamente.

A partir da leitura desta coletânea uma série de desafios são colocados no sentido de compreender o papel, as potencialidades e as fragilidades dos movimentos sociais no processo de resistência ao neoliberalismo e aprofundar a reflexão sobre os avanços e os recuos promovidos diante da opção política da esquerda em adotar as disputas eleitorais como estratégia de luta.

Sobre a autora

Fernanda Aparecida Matheus – Graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de São Paulo. Atualmente é doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Militante do MST. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-1643-3906?lang=pt>

Como citar esta resenha

MATHEUS, F. A. Resenha: La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 302-306, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Recebido para publicação em 31 de janeiro de 2020.
Aceito para a publicação em 01 de março de 2021.
